

WALZER, Michael. **As Esferas da Justiça - Uma Defesa do Pluralismo e da Igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Walzer é um autor norte-americano, que escreveu seu livro “Esferas da Justiça” para criticar a teoria de John Rawls, utilizando o mesmo sistema que o autor criticado e, por essa razão, acabou tendo suas críticas aceitas por Rawls que, mais tarde, publicou outro livro expressando sua aceitação. Michael Walzer escreve o livro na época do liberalismo, ele fala de justiça social e das instituições básicas da sociedade, dividindo os bens sociais em esferas e atribuindo relações sociais justas dentro de cada uma delas, buscando justiça a partir das instituições.

É um autor considerado de esquerda nos EUA, ele é liberal e acredita no capitalismo e em seu estudo, não conseguindo imaginar outro sistema de sociedade que não este.

Walzer inicia sua obra asseverando que a igualdade e um sentido propício à traição e quem se compromete a fazê-la já a trai por distribuir poderes entre si. A afirmação feita de fato pode ser observada na realidade, pois se cada indivíduo possui poderes distintos não há que se falar em igualdade no sentido literal (compartilhar em parcelas iguais), pois sempre haverá alguém mais forte que convencerá os demais que suas ordens devem ser seguidas.

A igualdade almejada no capitalismo e apresentada como igualdade de capital, que não sobreviveria, pois as pessoas usariam o dinheiro de forma diferente causando desigualdade do momento seguinte a distribuição igualitária. Assim não há igualdade no capitalismo. Entretanto, o mundo de igualdade e de falsas aparências e necessita de um Estado controlador para mantê-la e, negar aos indivíduos possibilidade de organização política, de forma que naturalmente as pessoas não são iguais em todos os aspectos e, por isso, não se mantêm iguais se deixadas livres.

Afirma o autor que não há uma esfera simples ou privilegiada de justiça, por exemplo, igualdade de renda, mas que se deve pensar em várias esferas de justiça. Na verdade, deve-se lutar para que não haja uma dominância de uma esfera sobre as outras, nisto consistindo propriamente a injustiça.

Para ilustrar sua argumentação, Walzer divide a igualdade em simples e complexa. O regime de igualdade

simples e aquele em que, em uma sociedade, tudo está à venda e todos têm a mesma quantia de dinheiro, parte-se do mesmo patamar. Contudo, conclui, ele que tal situação não dura por muito tempo, pois o livre intercâmbio no mercado com certeza trará desigualdades. O monopólio reaparecerá e a predominância desaparecerá.

Desta forma, a igualdade simples exigiria intervenção contínua do Estado para restringir as monopólios incipientes e reprimir novas formas de predominância. Porém, o próprio poder do Estado passa a ser objeto de disputa, pois haverá grupos interessados em usar o Estado para consolidar seu controle sobre os outros bens sociais.

Parte então para a conceito de igualdade complexa, que significa que a suposta superioridade de um cidadão em uma determinada esfera não lhe garante superioridade em uma esfera distinta daquela. O que ele considera crucial e que nenhum bem, ou posição, seja dominante, isto é, mais importante, em sentido absoluto, do que outro bem ou posição.

Em uma sociedade justa, portanto, um determinado bem, como o dinheiro, não deve prevalecer sobre outros bens, como educação, saúde, alimentação, trabalho digno, lazer.

O autor acredita analisar o mundo de uma forma concreta, pois logo no início de sua obra afirma que não se distanciara da realidade para analisar a sociedade capitalista, contudo, olvida-se que e um idealista acredita em um Estado ideal, imaginário e, muitas vezes acaba olhando a realidade de forma distorcida, não apresentando as reais problemas do capitalismo e não mostrando soluções ao longo do livro.

Walzer acredita que a problema de distribuição dos bens pode ser resolvido de *uma* maneira fácil e racional. Os bens regulam as relações sociais estruturais e um bem é predominante quando as indivíduos que a possuem podem comanda (outros bens, porém, para a autor, nenhum bem social predomina inteiramente sobre os demais. Admite que pode haver 03 tipos de contra-reivindicações quanto aos bens sociais, afirmando que esta seria uma forma que muitos autores utilizam para basear suas novas ideologias e substituir a sistema vigente:

1. O monopólio é injusto
2. O predomínio é injusto
3. O padrão existente de predomínio e de monopólio é injusto

Na primeira situação existe uma oposição ao monopólio, mas não ao predomínio de determinado bem social. Verifica-se a regime de igualdade simples, já tratado, mas que não dura por muito tempo, a não ser que exista um Estado muito forte, que faça interferências constantes, para evitar o surgimento de monopólios e reprimir novas formas de predomínio, porém o próprio poder do Estado passa a ser objeto de disputa.

Na segunda hipótese os diversos bens sociais são monopolizados, mas nenhum bem em especial é geralmente conversível. Essa é uma sociedade de igualdade complexa, ou seja, embora haja muitas desigualdades pequenas, a desigualdade não será multiplicada pelo processo de conversão, existindo diversos monopólios de diferentes bens, mas nenhuma predominância de uma esfera sobre outra, pois ele acredita que não é possível que alguém, pelo fato de possuir um bem, interferir em uma outra esfera, pois são vários os bens que satisfazem as necessidades do homem e cada bem tem um critério de distribuição diferente.

Segundo essas explicações podem os entender que ele acredita que ninguém detém os meios de produção porque por mais que uma esfera tenha monopólio de um bem, não consegue interferir nas outras esferas, evitando assim o predomínio de uma esfera (detentores dos meios de produção) sobre a outra (proletários).

A assertiva do autor não é correta e mais uma vez demonstra seu idealismo e simplificação dos problemas da sociedade, porque na realidade pode haver sim o predomínio de um bem sobre o outro, Marx demonstra ser o dinheiro o bem predominante, inclusive porque hoje o dinheiro pode gerar mais; dinheiro, também acreditamos que os meios de produção podem predominar; porque as pessoas precisam satisfazer suas necessidades naturais e se alguém tiver o completo monopólio de um bem escasso (ex. o petróleo hoje e talvez a água em um futuro não muito distante), pode dominar uma sociedade, sem se preocupar com as demais esferas” pois ele possui o bem mais disputado.

O grande erro da igualdade complexa de Walzer é que ele ignora o problema do capitalismo, no qual existem as pessoas que detém os meios de produção e pessoas que vendem a sua força de trabalho. Quando algumas pessoas passam a produzir os meios de produção, a classe que possui esses bens passa a ter maior poder de barganha na hora de realizar acordos, pois dominam os meios de produção e isso que causa a desigualdade.

A terceira hipótese, não tem interesse filosófico para Walzer, a não ser que alguém acredite que existe um bem naturalmente predominante, de modo que seus possuidores possam reivindicar com legitimidade o poder sobre todos nós. Porém, fato é que esse bem predominante existe e são os meios de produção, que fazem com que os seus detentores possam reivindicar o poder sobre a classe operária.

Como pudemos verificar, Walzer acredita em uma igualdade complexa, onde nenhum bem predomina sobre outro. Para ele existe o conflito social, mas ele nega a existência de um bem predominante. O problema é que ele não vê a realidade como um todo, ele não explica como resolver o problema do capitalismo; no qual existe um conflito entre as pessoas que detém os meios de produção e as pessoas que vendem a sua força de trabalho o primeiro grupo será sempre privilegiado, pois terá maior barganha na hora de realizar trocas e fazer acordos.

Ainda, para ele, a afiliação a um país é o que dá o direito de cidadania às pessoas, essa esfera é muito importante porque somente sendo cidadão é que se pode participar efetivamente da sociedade através do voto, contudo, há sempre a ideologia que ira ludibriar as escolhas dos cidadãos. Também com relação à afiliação, o autor faz clara declaração que só possuem plenos direitos os afiliados de países ricos, pois, os cidadãos de países subdesenvolvidos sempre procuram uma vida melhor nos países mais desenvolvidos (trabalhador convidado) e acabam aceitando condições desfavoráveis de trabalho em razão do dinheiro que podem ganhar.

Nesse diapasão, podemos analisar outra esfera de que trata o autor: o dinheiro. O autor alega que colocar tudo por conta do dinheiro é uma perspectiva ingênua e utiliza Marx com exemplo, pois Marx não se opunha ao próprio meio, mas sim ao predomínio do dinheiro em relação aos outros bens. Já para, Walzer se o dinheiro fosse analisado de maneira abstrata, verificar-se-ia que ele é mera representação do valor.

Ocorre que, a análise de Walzer sobre Marx é extremamente superficial, vista que Marx é um autor realista, ou seja, analisa a realidade fática. Para Marx deve-se analisar como o sistema está estruturado, ele não é a favor do capitalismo, visto que essa forma, de sistema tem como base a predomínio do mercado, contando com o proletariado que vende sua força de trabalho a burguesia, que possui o domínio dos meios de produção. Sendo o proletariado sempre explorado pela burguesia, detentora dos meios de produção. Como o dinheiro e a base de troca dessa relação, torna-se a forma mais nítida para acusar a classe a que cada membro (proletariado e burguesia) pertence.

Já para Michael Walzer, o dinheiro é uma mera forma de troca como os demais bens, o autor alega ser uma linguagem mais neutra, o meio universal de intercâmbio. Para ele o intercâmbio é essencial à vida. Entretanto, podemos verificar que, na atualidade, muitas pessoas matam e roubam por conta do dinheiro, não apenas a classe mais baixa, mas também grandes empresários.

Visto assim, não se pode falar que o dinheiro é um, mero meio de troca, mas sim que uma forma de gerar discórdias, visto que por meio dele se identifica a desigualdade entre as classes sociais, que é profunda.

Para Walzer, portanto, o simples dinheiro não gera problema algum, inclusive para ele é benéfico; o problema surge quando se colocam significados nas mercadorias, como, por exemplo a publicidade que coloca a mercadoria como o meio pelo qual se possa adquirir afirmação e identidade.

E aí realmente ocorre o que o autor citado no livro “As Esferas da Justiça”, Lee Rainwater, alega. Este autor explicita que sem o dinheiro sofreremos uma perda mais grave do que a própria pobreza, que há uma deserção sociológica, que nos tornamos estrangeiros em nosso próprio país, não podemos mais desempenhar nosso papel de pais, vizinhos. Contrapondo esse pensamento, Michael Walzer, ingenuamente, alega que em uma sociedade democrática, o fracasso econômico jamais pode desvalorizar a cidadania e se tiver tal consequência, a situação deve ser remediada.

Assim, verifica-se que uma pessoa que não tem dinheiro, e muitas vezes humilhada pelas demais e discriminada pela própria família e, não bastasse isso, é excluída da possibilidade de compra no mercado. É isso que ocorre em um sistema capitalista, que tem como base a desigualdade.

O autor valoriza o mercado, alega que esse é um local empolgante afirma que se houver bloqueios corretos, não existirá má distribuição de bens de consumo.

Conclui-se, portanto, que para o autor, o capitalismo e por consequência o mercado são benéficos, ocorre, entretanto, que a análise feita por Walzer sobre essa forma de sistema é muito superficial, já que o autor não analisa as diferenças de classes sociais, nem os impactos que surgem por decorrência do capitalismo.

Walzer realmente acredita no capitalismo como um sistema justo de trocas e sem dominação, pois em sua visão simplificada da realidade, todos os seres humanos necessitam dos bens sociais para sobreviver e que, por essa razão, jamais haveria domínio de nenhum deles, pois a pessoa possuidora de um bem social, quando precisasse de

outro, faria uma troca. Contudo, o autor não analisa os meios de produção que são o ponto principal do capitalismo.

Na cultura capitalista, conforme afirma Pasukanis, o direito legitima a apropriação material dos bens pelos indivíduos através de uma ideologia (representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência), coerente em si mesma, para não expressar as contradições existentes na base material da sociedade, porque tem por fim representá-la, negando suas contradições de forma que os subordinados a sigam acreditando realmente que aquela forma de estruturação é a melhor para eles.

Contudo, é impossível que a lei, portanto, o direito, seja um mecanismo de expressão, da vontade da maioria das pessoas e, portanto, impossível existir um modelo ideal de sociedade burguesa, democrática, baseada no Direito positivo e na divisão dos poderes, pois sempre haverá alguém que irá impor sua ideologia, seja por meio de violência física, como ocorre em países não democráticos, seja por meio de violência consensual, que é ainda mais agressiva, pois como demonstramos, as pessoas que a ela se submetem acreditam na ideologia como realmente sendo boa, o legítima e digna de ser seguida.

Os indivíduos que pertencem a uma sociedade não param para pensar no contrato social, mas como demonstramos, certas pessoas passam a produzir os meios de produção, resultado do trabalho, e tais meios fazem o homem continuar vivo. Os meios de produção não surgem espontaneamente, eles são produzidos por alguém e as pessoas que os produzem tem, no contrato social, maior poder de barganha para contratar com os demais. Aqueles que não possuem meios de produção, mas deles necessitam para sobreviver, negociam qualquer coisa para poder ter distribuído para eles esses meios de produção. A divisão em classes sociais acaba surgindo daí, pois existem homens que dominam a sociedade e possuem meios de produção e homens que não, os possuem e que pertencem a classes sociais mais baixas findando por obedecerem aos que estão em posição mais privilegiada.

Todo o sistema capitalista é posto de uma maneira tal que atenda muito mais aos interesses daqueles que possuem os meios de produção, apesar de dar certo poder aos menos favorecidos, de tal forma que não caracterize o totalitarismo, como Trasímaco explica para Sócrates no livro de Platão “A República”, o sistema é posto de tal maneira que o injusto pareça justo e que os súditos fiquem felizes por promover a felicidade dos soberanos.

Guilherme Cremonesi Caurin

